



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ACTA N.º 83/X/4.ª

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove reuniu, pelas dez horas e trinta minutos, na sala oito, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 82;
2. Apreciação do Relatório da audiência concedida, pelo Grupo de Trabalho das Audiências, ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário/Comissão de Trabalhadores da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.;
3. Apreciação do Relatório da audiência concedida, pelo Grupo de Trabalho das Audiências, à Comissão de Trabalhadores da SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.;
4. Apreciação do Relatório da Audição Conjunta com a 8ª Comissão sobre o reconhecimento do grau de licenciatura pós-Bolonha em engenharia e a atribuição do título profissional de engenheiro;
5. Apreciação do **Projecto de Resolução n.º 345/X (BE)**, que recomenda ao Governo a definição de critérios claros, objectivos e transparentes na gestão das listas de espera de equipamentos sociais públicos, ou que gozem de financiamento público, e a efectiva fiscalização do cumprimento desses mesmos critérios;
6. Discussão e votação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 204/X (GOV)**, que procede à terceira alteração do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de Novembro;
7. Apreciação de propostas de deslocações da 11ª Comissão a empresas, eventualmente, sedeadas no mesmo distrito, e calendarização das mesmas;
8. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), iniciou a reunião submetendo a apreciação e votação a Acta número oitenta e dois, a qual foi aprovada por unanimidade.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No ponto dois da Ordem de Trabalhos foi apreciado o relatório da audiência concedida, pelo Grupo de Trabalho das Audiências, em três de Fevereiro de 2009, ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário/Comissão de Trabalhadores da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., tendo sido efectuada uma síntese por parte da Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS), que informou que seriam solicitados esclarecimentos ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) apresentou o Relatório da audiência concedida, pelo Grupo de Trabalho das Audiências, à Comissão de Trabalhadores da SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A., em três de Fevereiro de 2009, dando conta de que seriam solicitados esclarecimentos aos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, foi apreciado o Relatório da Audição Conjunta com a 8ª Comissão sobre o reconhecimento do grau de licenciatura pós Bolonha em engenharia e a atribuição do título profissional de engenheiro, realizado no dia 4 de Fevereiro de 2009. A propósito desta matéria, o Senhor Presidente da Comissão deu conta de que S. Exa. o Bastonário da Ordem dos Engenheiros solicitou uma audiência a esta Comissão e também à 8ª Comissão, o que permitiria que fosse realizada em conjunto.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou a palavra para fazer uma reflexão sobre esta matéria, já que no seu entender se trata de uma tensão entre grupos profissionais, o que suscita algumas dúvidas sobre a concessão desta audiência, pois muito provavelmente seguir-se-ia um conjunto de outras audiências. De facto, importa sublinhar que as alterações que Bolonha imprimiu ao sistema de ensino universitário, implicaram uma alteração do espaço, que estava tacitamente definido para engenheiros e engenheiros técnicos, pelo que ambos "lutam" actualmente para a redefinição do seu espaço de intervenção. Em paralelo, mencionou a existência de uma profunda clivagem pessoal entre S. Exa. o Bastonário da Ordem dos Engenheiros e o Presidente da Direcção da Associação Nacional de Engenheiros Técnicos.

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) pediu a palavra para referir que mais do que a disputa entre duas pessoas, se trata de um conflito entre grupos profissionais e enfatizou que Bolonha esbateu as fronteiras anteriormente existentes entre as duas profissões, pelo que não vê qualquer constrangimento na realização de uma audiência com S. Exa. o



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Bastonário da Ordem dos Engenheiros. Embora sublinhe, que esta é uma matéria da responsabilidade do Governo, que não se pode demitir de a resolver, até pelas suas implicações – paralelamente referiu que também não contribui para a melhoria e clarificação da situação o arrastamento *sine die* da revisão do Decreto n.º 73/73.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) replicou referindo que o Decreto n.º 73/73 está quase pronto e que será brevemente discutido e votado na especialidade. Aludiu ainda ao problema dos engenheiros técnicos terem durante muito tempo realizado actos, que se pode questionar se seriam da sua competência, e que agora não querem que lhes seja retirada essa competência. No que diz respeito à audiência, esta até pode ser eventualmente concedida, mas a raiz do problema passa por Bolonha e essa não é claramente uma competência desta Comissão.

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos teve lugar, nos termos regimentais, a apreciação do Projecto de Resolução n.º 345/X (BE), que recomenda ao Governo a definição de critérios claros, objectivos e transparentes na gestão das listas de espera de equipamentos sociais públicos, ou que gozem de financiamento público, e a efectiva fiscalização do cumprimento desses mesmos critérios, que foi integralmente registada em suporte áudio. Usaram da palavra, a diverso título, os Senhores Deputados Mariana Aiveca (BE), Esmeralda Salero Ramires (PS), Pedro Quartin Graça (PSD) e Jorge Machado (PCP). Da discussão em Comissão foi elaborada uma informação, que, acompanhada do respectivo Projecto de Resolução, foi enviada por ofício a S. Exa. o Presidente da Assembleia da República para efeitos do agendamento da sua votação em Plenário.

No decurso da discussão do Projecto de Resolução foi feita uma pequena interrupção, dado que a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) teve de se ausentar da sala para cumprimento de compromissos político-partidários. No decurso desse interregno, o Senhor Presidente da Comissão antecipou a abordagem do ponto sete da Ordem de Trabalhos, solicitando aos Senhores Deputados contributos para as visitas a realizar pela Comissão.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou a palavra para apresentar duas sugestões, mas antes introduziu uma questão prévia relacionada com a escolha da região a visitar e se a deslocação se realizaria num dia ou em dois dias. Independentemente da opção da Comissão, e aproveitou para referir que o Grupo Parlamentar do PS concorda com as várias possibilidades de organização, sugeriu a visita à fábrica "Confecções



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Afonso”, em Arcos de Valdevez, uma empresa que foi adquirida por uma trabalhadora e que labora no sector têxtil – se a opção for empreender visitas no Norte do país. Se a opção for a visita de um dia e então necessariamente mais próximo de Lisboa, a Senhora Deputada apresentou como sugestão a Fábrica “Bordalo Pinheiro” de cerâmica, nas Caldas da Rainha.

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) solicitou a palavra para referir que devia ser previamente decidido que empresas quer a Comissão visitar, isto é, empresas de sucesso ou que estejam a atravessar situações complicadas. No entanto, em qualquer dos casos, deveria sempre optar-se por aquelas que por si só não têm tanta visibilidade ao nível da imprensa. Por outro lado, sugeriu que se deveria optar por escolher uma região específica, por exemplo, Aveiro, Porto ou Braga – atendendo a que a Comissão ainda não se deslocou ao Norte em nenhuma das suas iniciativas anteriores e que estes são dos distritos mais flagelados pela crise e pelo aumento do desemprego. De qualquer forma, sugeriu que provavelmente seria mais pragmático que o Senhor Presidente da Comissão se reunisse com os coordenadores dos diferentes Grupos Parlamentares e fosse acordado previamente à próxima reunião, o esquema das visitas e que empresas visitar.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) afirmou que o PCP estava em condições de sugerir o nome de seis empresas, três no distrito do Porto e três no distrito de Aveiro, no sentido de a partir das hipóteses apresentadas pudesse ser escolhida aquelas que a Comissão decidisse visitar. Assim apresentou no distrito do Porto as seguintes empresas: Arco Têxteis, S.A. (Santo Tirso); Quimonda (Vila do Conde); Sakthi Portugal (Maia); e no distrito de Aveiro: a Corticeira Amorim (Santa Maria da Feira); Renault (Cacia); Trecar – Tecidos e Revestimentos (São João da Madeira).

O Presidente da Comissão acedeu então em promover uma reunião com os coordenadores para elaborar uma proposta conjunta a submeter à Comissão numa das próximas reuniões. De seguida, prosseguiu-se e concluiu-se a discussão do Projecto de Resolução n.º 345/X (BE).

No ponto seis da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou a palavra para propor o adiamento da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 204/X (GOV), atendendo a que o Parecer apresentado pela Ordem dos



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Farmacêuticos vai mais além do que a posição defendida na audiência realizada e o Grupo Parlamentar do PS gostaria de ter mais tempo para analisar o documento.

O Senhor Deputado Bernardino Soares (PCP) pediu a palavra para referir que o Grupo Parlamentar do PCP não se opõe ao adiamento, mas aproveitou esta oportunidade para sublinhar que esta proposta de lei é um perfeito disparate, sendo feita ao arrefio de toda a legislação existente. Acrescentou ainda que do ponto de vista jurídico, o que se encontra aqui previsto é de consequências imprevisíveis. Aliás a exposição de motivos tem um conjunto de inverdades e salientou que a Directiva, que serve como fundamento à necessidade de alteração do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, não refere aquilo que o Governo alega que lá está escrito. A propósito aproveitou para explicar o surgimento dessa Directiva, bem como de uma outra publicada no mesmo dia, sendo que ambas contém uma previsão idêntica no que concerne à manipulação de medicamentos, mas o Governo português sustenta transposição distinta para as normas em causa. Referiu ainda que a Directiva é explícita na definição do perfil técnico desejável e esta proposta esquece totalmente essa componente. Aproveitou para sugerir ao PS que consulte o Ministério da Saúde sobre esta temática, dado que a proposta em causa provém do Ministério da Agricultura.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) sustentou que o pedido de adiamento tem origem no documento enviado pela Ordem dos Farmacêuticos e que os contactos que o seu Grupo Parlamentar entender por convenientes serão, obviamente, empreendidos.

Após a manifestação de concordância de todos os Grupos Parlamentares presentes foi deliberado, por unanimidade, adiar para a reunião de dia 10 de Março de 2009 a discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 204/X (GOV), que procede à terceira alteração do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de Novembro.

No último ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão apelou aos Senhores Deputados para entregarem os relatórios das petições, mormente, aqueles relativos a Petições admitidas nas três primeiras sessões legislativas. Do mesmo modo, recordou que no próximo dia 11 de Março de 2009, uma delegação desta Comissão irá deslocar-se ao Instituto Nacional de Administração, I.P., a convite do seu Presidente, para uma visita.



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às doze horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de Março de 2009

**O PRESIDENTE,**

**Alberto Arons de Carvalho**



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho  
Arménio Santos  
Costa Amorim  
Custódia Fernandes  
Esmeralda Salero Ramires  
Jorge Machado  
Maria José Gamboa  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Miguel Queiroz  
Pedro Mota Soares  
Pedro Quartin Graça  
Maria de Lurdes Ruivo  
Maria Helena Rodrigues  
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Helena Oliveira  
Isabel Coutinho  
Isabel Santos  
Jorge Strecht  
Maria Cidália Faustino  
Miguel Santos